

**Apoios Financeiros | Freguesias**

**13. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias.**

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) **União de Freguesias de Nogueiró e Tenões**, no valor de 218.207,71€, para apoiar a “Ampliação do Cemitério de Nogueiró”;
- b) **Junta de Freguesia de Esporões**, no valor de 29 613,17€, para apoiar a “Drenagem de águas pluviais na Rua Padre Manuel Carvalho”;
- c) **União de Freguesias de Escudeiros E Penso (Sto. Estêvão E S. Vicente)**, no valor de 6 621,20€, para apoiar a “Atualização/Reforço do valor atribuído para Honorários de Projetos”.

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA PADRE MANUEL CARVALHO - ESPORÕES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **ESPORÕES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Drenagem de águas pluviais na Rua Padre Manuel Carvalho** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **29 613,17€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de ESPORÕES no valor de 29 613,17€ (vinte e nove mil, seiscentos e treze euros e dezassete cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 29 613,17€ (vinte e nove mil, seiscentos e treze euros e dezassete cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, **a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de ESPORÕES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **ESPORÕES.**

Braga, 31 de outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** Atualização/Reforço do valor atribuído para Honorários de Projetos - Escudeiros E Penso (Sto. Estêvão E S. Vicente)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Atualização/Reforço do valor atribuído para Honorários de Projetos”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor global de **6 621,20€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando que do valor global de **6 621,00€**, é aplicado ao Projeto da obra de “**Requalificação da Rua de Torneiros**” o montante de **2 224,20€** e ao Projeto da obra de “**Requalificação do pontão e envolvente do Rio Ledo**” o montante de **4 397,00€**

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE) no valor 6 621,20€ (seis mil, seiscentos e vinte e um euros e vinte centimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 6 621,20€ (seis mil, seiscentos e vinte e um euros e vinte centimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução das obras, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**.

Braga, 3 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO:** AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE NOGUEIRÓ

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União de Freguesias de NOGUEIRÓ E TENÕES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Ampliação do Cemitério de Nogueiró”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **218.207,71€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de NOGUEIRÓ E TENÕES no valor de 218.207,71€ (duzentos e dezoito mil, duzentos e sete euros e setenta e um centimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 100.000,00€ (cem mil euros);**
- b) **Em 2025, um valor de 118.207,71€ (cento e dezoito mil, duzentos e sete euros e setenta e um centimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da **União de Freguesias de NOGUEIRÓ E TENÕES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da **União de Freguesias de NOGUEIRÓ E TENÕES**.

Braga, 27 de Outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*